



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Itapipoca

2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca

Av. Esaú Alves Aguiar, 2011, Cacimbas - CEP 62502-000, Fone: 88, Itapipoca-CE - E-mail: itapipoca.2civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0050025-31.2021.8.06.0101**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Requerente: **Laide Moteiro Gomes**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

I – RELATÓRIO.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE COBERTURA COMPLEMENTAR DE SEGURO DPVAT ajuizada por **LAIDE MONTEIRO GOMES** em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, tendo em vista a ocorrência de acidente de trânsito.

Narra a requerente que, em 19 de agosto de 2019, sofreu um acidente de trânsito, o qual causou fratura no fêmur esquerdo e resultou em sua invalidez permanente.

Ela conta que entrou com pedido administrativo, tendo recebido R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor que não entende correto, motivo pelo qual pleiteia a condenação da requerida ao pagamento suplementar do valor de R\$7.087,50.

Junta aos autos exames médicos, boletim de ocorrência e outros documentos.

Contestação apresentada às fls. 23/31 e réplica às fls. 102/110.

Foi feita perícia médica na acidentada, sendo constada perda funcional do membro inferior esquerdo em 10% (dez por cento) decorrente de acidente em veículo automotor (fls. 148/150).

As partes foram intimadas para se manifestar sobre o laudo e informarem se possuíam interesse na produção de outras provas, tendo o autor apresentado a petição de fl. 162 e o requerido, às fls. 163/164, pugnado pela improcedência do pedido, tendo em vista que houve o pagamento correto pela via administrativa.

Por fim, vieram os autos conclusos para sentença. É o relatório. Passo a decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

Considerando que as partes não requereram a produção de outras provas, o feito encontra-se pronto para julgamento.

Inicialmente o demandado requereu, em contestação, a improcedência dos pedidos em razão da ausência de juntada o laudo do Instituto Médico Legal – IML, argumentando que a parte autora não comprovou o fato constitutivo do seu direito, pois não trouxe documento imprescindível que comprovasse o grau da lesão sofrida.

Quanto a tal argumento, ressalto que nosso direito alberga o princípio da inafastabilidade da jurisdição, sendo inconstitucional qualquer tentativa de afastar da apreciação do Poder Judiciário lesão a direito. Determinados tipos de prova se exigidos desde



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Itapipoca

2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca

Av. Esaú Alves Aguiar, 2011, Cacimbas - CEP 62502-000, Fone: 88, Itapipoca-CE - E-mail: itapipoca.2civel@tjce.jus.br

o momento da propositura da ação tornariam impossível à parte alcançar o seu direito.

In casu, a parte autora trouxe boletim de ocorrência e prontuários médicos informando do acidente e atestando as diversas lesões sofridas. Exigir que ela desde já trouxesse laudo do IML ou qualquer outro laudo atestando especificamente o grau da lesão seria retirar do alcance do judiciário a apreciação do direito reclamado.

Portanto, é possível afirmar que a parte autora trouxe aos autos, desde a inicial, o lastro probatório mínimo necessário à apreciação de sua demanda, ficando a cargo da instrução processual o restante das provas necessárias ao julgamento do pleito.

Desse modo, o cerne da demanda reside em quantificar a extensão da lesão sofrida de forma a averiguar se a parte possui direito a receber indenização suplementar, tendo sido determinada a realização de perícia.

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre é regido pela Lei nº 6.194/74. Ela prevê que as indenizações em caso de invalidez permanente serão de até R\$ 13.500,00 a depender da extensão da perda anatômica ou funcional sofrida, que deverão ser calculadas conforme requisitos trazidos na tabela em anexo a lei.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça – STJ publicou súmula 474, a fim de encerrar quais controvérsias existentes quanto à aplicação da lei: “A *indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.*”.

No caso em apreço, segundo o laudo pericial anexado às fls. 148/150, a autora, em razão do acidente narrado, sofreu perda parcial incompleta do membro inferior esquerdo em 10%.

Ressalto, ainda, que o pagamento da indenização do seguro DPVAT é devido apenas para pessoas com invalidez permanente. Dessa forma, como na perícia judicial do caso vertente foi observada a existência de sequelas residuais de invalidez permanente parcial (10% - fls. 148/150), a autora faz jus ao pagamento na proporção adequada. Vejamos:

Artigo 3º, §1º (...)

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Itapipoca

2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca

Av. Esaú Alves Aguiar, 2011, Cacimbas - CEP 62502-000, Fone: 88, Itapipoca-CE - E-mail: itapipoca.2civel@tjce.jus.br

corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.(grifo meu)

O dano parcial na perna esquerda, sofrido pela requerente, conforme apurado em perícia e de acordo com a tabela trazida pela Lei 6.194/74, corresponde a uma invalidez permanente parcial incompleta. Logo, para apurar o valor da indenização devida, deve-se saber qual o valor máximo da indenização no caso de invalidez parcial completa e, em seguida, aplicar a porcentagem correspondente.

A autora, por ter sofrido sequelas residuais, teria direito a uma indenização de 10% do valor correspondente à invalidez permanente parcial completa de um dos membros inferiores, sendo que este corresponde a 70% da indenização máxima, conforme tabela trazida Lei 6.194/74. Ou seja, a autora possuía direito a receber, em razão da lesão sofrida, uma indenização correspondente a 7% (sete por cento) de R\$ 13.500,00, que equivale a R\$945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

Logo, verifica-se a improcedência dos pedidos autorais, uma vez que recebeu, através da via administrativa, quantia maior do que a indicada pelo laudo judicial.

É como fundamento.

III – DISPOSITIVO.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

CONDENO a parte requerente em custas e honorários advocatícios de sucumbência, estes no importe de 15% (quinze por cento) do valor da causa, nos termos do art. 98, § 2º do CPC, os quais suspendo em virtude da gratuidade anteriormente concedida, cabendo ao credor desta condenação, caso queira, adotar a medida disposta no § 3º do mesmo artigo supramencionado.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Itapipoca/CE, 12 de janeiro de 2023.

Paulo Jeyson Gomes Araújo
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0042/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Jose Agacir Vieira de Castro (OAB 25774/CE)	D.J
FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE)	D.J

Teor do ato: "Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. CONDENO a parte requerente em custas e honorários advocatícios de sucumbência, estes no importe de 15% (quinze por cento) do valor da causa, nos termos do art. 98, § 2º do CPC, os quais suspendo em virtude da gratuidade anteriormente concedida, cabendo ao credor desta condenação, caso queira, adotar a medida disposta no § 3º do mesmo artigo supramencionado. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se."

Itapipoca, 23 de janeiro de 2023.